

Avaliação externa das escolas passa a ter em conta origem dos alunos

04.01.2013, Público, por Clara Viana

Contexto económico, social e cultural do meio onde as escolas se inserem e de onde provêm os seus alunos é agora utilizado para a interpretação dos resultados escolares.

A avaliação externa das escolas do ensino básico e secundário está já a ser feita também com base no valor que é esperado cada uma obter em termos de resultados escolares tendo em conta o contexto económico, social e cultural do meio onde insere e de onde provêm os seus alunos. O modelo, que começou a ser experimentado no ano passado, foi agora aperfeiçoado para ser utilizado a partir deste mês nos 152 agrupamentos e escolas não agrupadas que este ano lectivo serão sujeitos a avaliação externa.

Esta é uma das principais mudanças implementadas para o 2.º ciclo da avaliação externa das escolas que decorrerá até 2015. No 1.º ciclo, que se prolongou entre 2006 e 2011, era fornecida aos avaliadores externos informação sobre o contexto da escola, reproduzida depois nos relatórios de avaliação, mas estes dados não eram aplicados na interpretação dos resultados obtidos pelas escolas.

Agora, estas passarão a ser avaliadas tendo em conta um valor esperado calculado para cada uma pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em função do seu perfil. É com este valor que serão comparados os resultados obtidos em cada escola nos exames nacionais. Com esta metodologia, a avaliação externa das escolas a cargo da Inspeção-Geral de Educação e Ciência tenderá "para resultados mais objectivos, porque vai permitir comparações a nível nacional" entre escolas situadas em contextos similares, sublinhou ao PÚBLICO José Augusto Pacheco, coordenador de um projecto de investigação em curso na Universidade do Minho sobre os impactos da avaliação externa das escolas do ensino não superior.

Ao propiciar também uma "interpretação dos resultados com base no contexto vai permitir que se identifiquem melhor as escolas que devem fazer mais e aquelas que já estão a fazer muito mais do que era esperado tendo em conta o meio em que estão inseridas", acrescenta. "Esta alteração vai traduzir-se numa maior justiça em relação ao trabalho das escolas", corrobora Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares e director do Agrupamento de Escolas de Cinfães, um dos que serão avaliados este ano, frisando que quando se avalia "as escolas com base nos mesmos parâmetros não se ressalva a mais-valia que estas podem ter para os alunos". "Já aconteceu algumas terem ficado mal classificadas na avaliação não obstante o trabalho espantoso que realizaram com os seus alunos", lembra.

À semelhança do modelo que a Universidade Católica do Porto elaborou para os últimos rankings do PÚBLICO, a DGEEC dividiu os agrupamentos em função do seu contexto, tendo isolado três grandes grupos (*clusters*) com base em três características: escolaridade das mães e pais; proporção de alunos que beneficiam de Acção Social Escolar e distribuição de estudantes por níveis (básico e secundário) e modalidades de

ensino (ensino regular e não regular).

Os valores esperados em cada *cluster* foram depois calculados para cada ano de final de ciclo, tendo sido levadas em conta variáveis como a idade média dos alunos, a proporção de alunos que não beneficiam de apoios sociais, a percentagem de estudantes do sexo feminino e a média do número de alunos por turma. Segundo a DGEEC, "a variável idade revelou-se como uma das que mais significativamente contribuíram para explicar a variabilidade nos resultados dos alunos". O Conselho Nacional de Educação alertou recentemente para o facto de o desfasamento etário de muitos alunos, em resultado dos chumbos, continuar a ser uma marca do sistema português, tendo apelado a "uma mudança profunda na atitude dos professores e das escolas face ao insucesso dos seus alunos". As bases de dados dos exames nacionais têm permitido verificar que quanto mais velhos piores os resultados obtidos.